

COVID-19, ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Lucas Gomes Faria

Com a situação de pandemia do novo coronavírus declarada, muitos países suspenderam as aulas presenciais e passaram a adotar estratégias para manter as atividades educacionais. Muitas instituições adotaram o ensino remoto emergencial, uma maneira de portar os moldes de aulas presenciais para a modalidade on-line, por meio de ligações de vídeo ao vivo. Para a eficácia desse método, se mostrou cabal o interesse do governo de alguns países em ampliar o acesso da população às ferramentas necessárias para o estabelecimento do ensino remoto.

No Brasil, previamente a pandemia do novo coronavírus, era reproduzido pelo governo um discurso humanista em relação à educação, que visava garantir equidade e democratização no acesso à educação. Estudos de autoras como Mundim Neto (2017) e Boto (2003) explicitam uma deturpação do discurso humanista quando posto em prática.

A escolha pela educação remota emergencial no Brasil se mostra predominante em escolas e universidades particulares. As universidades federais que resolveram adotar o método, sinalizam falta de acesso de alguns alunos à internet, fator que é alarmante, tendo em vista que aproximadamente 10% das famílias brasileiras não têm acesso à internet, e mais de 13% não tem acesso à computadores (ANDIFES, 2018/ IBGE, 2018). Com uma previsão não tão concreta de possibilidade de volta às aulas, a tendência é que o ensino remoto emergencial se torne cada vez mais adotado pelas instituições de ensino, e que se torne mais um impasse para a equidade na democratização do acesso à educação.

Frente aos fatos expostos, surge o questionamento: Em que medida esse discurso de democratização e equidade reproduzido pelo Estado, pode efetivamente ocorrer diante da disparidade social?

Mundim Neto(2017) discorre sobre o funcionamento da educação brasileira, tanto na relação com o social quanto em relação ao seu funcionamento interno, como algo marcado historicamente pela tirania e por uma postura anti-humanista, pautada na ideologia de meritocracia. Pensando no ensino remoto emergencial como um porte das aulas presenciais para uma plataforma on-line, é natural que se preserve parte desse funcionamento interno. Porém, essa mudança, que altera o espaço, a temporalidade e o acesso à educação, também modifica e agrava as práticas anti-humanistas explicitadas por Mundim Neto(2017).

A temporalidade e o espaço escolar, de acordo com Boto (2003), são fatores que dão origem a cultura escolar. O tempo e o espaço são manejados nas escolas de forma que se cria um controle convencional e consensual, por parte da instituição que provê a educação, dos alunos e da habitual maneira que eles têm acesso à educação (Boto, 2003).

Pensando a partir das ideias de Boto (2003), modificações na temporalidade e no espaço escolar criam modificações na cultura escolar, na maneira que cada indivíduo lida com a educação, e também no controle de equidade e acesso à educação. Logo, em um período de isolamento social, a adoção do ensino remoto emergencial modifica completamente o espaço e o tempo educacionais, de modo que, além dos alunos não estarem em total contato com a cultura escolar, muitos também tiveram o acesso à educação comprometida, visto que esta agora depende do acesso à tecnologia e de um manejo pessoal da temporalidade escolar, que pode ser atrapalhado por outras contingências pessoais de cada indivíduo.

Os impasses da educação devem ser enfrentados, e, para isso, de acordo com Boto (2003), é requerido remissão à tradição pedagógica. Educar significa conduzir, prover e entregar conhecimento, e para definir identitariamente uma escola ou faculdade como uma instituição, se requer uma investigação do meio social em que ela se instala, e da expectativa daqueles que a frequentam (Boto, 2003).

Em tempos de pandemia e isolamento social, a condução da educação se modifica completamente. Tendo em vista a majoritária necessidade de acesso à internet e a computadores, as classes sociais menos favorecidas são ainda mais prejudicadas. É nessa perspectiva que se torna ainda mais válido a investigação e o questionamento quanto ao meio social que cada instituição educacional se instala, proposto por Boto (2003).

Os usuários das escolas e faculdades públicas tiveram o ano letivo interrompido, e com isso, surge também uma nova fonte de preocupação e angústia para alguns alunos: A possibilidade iminente do ensino remoto ser adotado, visto que a estratégia não é acessível para muitos dos alunos. Em sua maioria, as instituições privadas de ensino adotaram, de maneira praticamente imediata, o ensino remoto, e não tiveram como foco principal averiguar se todos seus alunos tinham acesso aos pré-requisitos para esse tipo de estratégia educacional. Nessa situação, já se pode observar vários impasses e deturpações no discurso de equidade e democratização do acesso à educação reproduzido pelo Estado.

No atual cenário de disparidade social, a ideologia meritocrática presente na estrutura e no funcionamento do sistema educacional brasileiro, como afirma Mundim Neto(2017), reforça a verticalidade, o autoritarismo e o clientelismo presentes nas relações sociais e políticas, como afirma Silva (2003).

O acesso à tecnologia e a internet assim como o direito de acesso à educação, frente a um discurso que prega equidade, não deveriam ser de ordem meritocrática. Na verdade, ambos os fatores estão ligados a desigualdades e disparidades sociais que antecedem o momento de pandemia que vivemos. A situação atual de pandemia intensifica e explicita a dificuldade vivenciada por muitos brasileiros.

Frente a essa situação, o discurso de equidade reproduzido pelo Estado, na verdade, se mostra contraditório pois, como Silva (2003) afirma, não há o espaço de diálogo e debate necessário para a população. Projetos, como a iminente adoção do ensino remoto em escolas públicas, são elaborados de acordo com o interesse de outras instituições alheias à educação. Além disso, a cada troca da gestão política, os pontos positivos de projetos educacionais já existentes são ignorados, assim se criam novas formas de favorecer outras instituições (Silva, 2003).

Embora esse período de disparidade social intensifique as desigualdades sociais e o discurso de equidade de acesso à educação, pudemos observar, através dos dados e dos trabalhos das autoras citadas, que muitas práticas e ideologias reproduzidas pelo Estado já deturparam a equidade no sistema educacional brasileiro antes mesmo do estabelecimento da situação de pandemia. Em contraponto, o momento histórico de disparidade social em que vivemos cria a oportunidade do surgimento de novas políticas públicas relacionadas à equidade do acesso à tecnologia, à internet e, principalmente, à educação.

Cabe a nós, como cidadãos brasileiros, demonstrar que alguns dos atuais procedimentos adotados não condizem com a realidade, e que o Estado ainda tem muito em que se adequar. Nesse caso é sempre necessário se contrapor (Silva, 2003).

REFERÊNCIAS

- BOTO, C. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. **Caderno Cedes**, Campinas, v.23, p.378-397, dezembro 2003.
- MUNDIM NETO, J. **A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?** Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília. 2017.
- SILVA, M.A. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n.61, p.283-301, dezembro 2003.